



Editorial

Mercado, cultura e educação: A produção de mão-de-obra subalternizada nas escolas

A educação brasileira, ao abrir espaço para práticas culturais estrangeiras como o *Halloween*, exemplifica um processo profundo de “aculturação” que fragiliza as tradições locais e reproduz estruturas de dominação cultural (Viveiros de Castro, 2002). O folclore nacional, carregado de valores identitários e comunitários, como as figuras do “Saci” e da “Cuca”, é frequentemente deixado de lado em favor de celebrações globais. Essa substituição não é casual, mas parte de uma lógica sistêmica, onde práticas culturais periféricas são subjugadas em nome da modernidade e da integração ao mercado global. A partir da perspectiva da “decolonialidade”, é possível observar que essa dinâmica continua o projeto colonial ao reforçar a ideia de que o local é inferior ao global e que a cultura nacional deve se adaptar aos padrões externos (Quijano, 1997; Dussel, 2012). Observa-se então, em várias instituições educacionais a reprodução desse modelo, sem o mínimo de debate e/ou diálogo sobre o contexto de aplicação ou replicação desta lógica.

A análise dessa alienação cultural pode ser balizada a partir da lógica da “dialética do senhor e do escravo”, desenvolvida por Hegel (2010), que descreve como o reconhecimento do sujeito subalterno é mediado pela autoridade do dominante. No contexto educacional, a cultura nacional ocupa a posição do “escravo”, constantemente pressionada a reconhecer e se moldar aos valores do “senhor” cultural representado pelas práticas globais. Festividades como o *Halloween* são celebradas como uma forma de pertencimento à modernidade, enquanto tradições brasileiras são vistas como ultrapassadas, exóticas ou sem valor cultural e societal que deveria receber. Assim, a identidade cultural dos estudantes é moldada por uma busca constante de reconhecimento em símbolos externos, aprofundando a “alienação” (Hegel, 2010).

Esse processo também pode ser observado à parte da ótica de Paulo Freire (1996), que alerta que o oprimido, quando não adquire uma consciência crítica de sua condição, tende a reproduzir a lógica do opressor. Nas escolas brasileiras, essa reprodução se manifesta na internalização da ideia de que o que é estrangeiro tem mais valor. Ao promover o consumo acrítico de práticas culturais importadas, o sistema educacional perpetua um ciclo de

dependência cultural que impede os estudantes de se conectarem com suas próprias raízes e com o potencial emancipador de seu folclore. A alienação cultural, dessa forma, afeta não apenas a identidade, mas também o desenvolvimento de uma “consciência crítica” que permita a transformação social (Freire, 1996; Lacoste, 2010).

A pedagogia tradicional, ao absorver esses valores sem reflexão crítica, desempenha um papel ativo na manutenção das estruturas de poder vigentes. A “decolonialidade” questiona exatamente esse tipo de assimilação automática, demonstrando como práticas culturais externas são aceitas como normativas e universais, enquanto o conhecimento local é marginalizado. Para Dussel (2012), esse processo não é apenas cultural, mas “político e econômico”, já que reforça uma divisão global do trabalho e do saber, onde os países periféricos são dependentes tanto material quanto simbolicamente das potências centrais. Assim, a valorização do *Halloween* nas escolas não é uma escolha neutra, mas uma manifestação concreta da hegemonia cultural global.

Esse modelo educacional, ao promover práticas culturais que se alinham aos interesses do mercado global, revela sua função histórica: não formar cidadãos críticos e autônomos, mas mão-de-obra adaptada às exigências do modelo capital contemporâneo. A escola, ao distanciar os estudantes de suas tradições e identidades, os prepara para ocupar posições precárias no mercado de trabalho, onde serão facilmente descartáveis e disciplinados. Como argumenta Freire (1996), a educação bancária, que trata os estudantes como recipientes passivos de conhecimento, não é capaz de gerar emancipação, mas apenas perpetuar a lógica opressora. Dessa forma, o sistema educacional brasileiro se inseriria em uma estrutura mais ampla de “reprodução das desigualdades sociais”, ao invés de ser um espaço de transformação e resistência?! Cabe aqui o questionamento como forma de salvaguardar casos isolados que existam em nosso território.

A perpetuação dessa lógica revela o caráter ideológico da educação como “mantenedora do *status quo*”. Ao formar sujeitos que aceitam a hegemonia cultural global e se afastam de suas tradições locais, a escola contribui para a continuidade de uma sociedade desigual, onde poucos detêm o poder e a maioria é treinada para ocupar posições subalternas. Essa dinâmica é especialmente evidente na preparação de mão-de-obra barata e despolitizada para o mercado de trabalho, que necessita de trabalhadores obedientes e alienados de sua própria capacidade de questionar o sistema. A educação, assim, se torna um mecanismo eficaz de controle social, assegurando que a classe dominante mantenha seu poder econômico e simbólico (Althusser, 1970).

Para romper com essa lógica, é necessário que a escola se transforme em um espaço de resistência e valorização das tradições locais. Isso implica adotar uma pedagogia crítica que promova a “dialética entre o local e o global”, valorizando o saber popular e fomentando o orgulho identitário. Somente uma educação comprometida com a emancipação cultural será capaz de formar sujeitos conscientes de seu papel na transformação da sociedade. A revalorização do folclore brasileiro, nesse sentido, não é uma tarefa secundária, mas central para a construção de uma educação libertadora e de um projeto social mais justo e plural (Freire, 1996; Viveiros de Castro, 2002).

A partir dessas questões chegamos à apresentação do volume 14 número 2 da Revista Mal-Estar e Sociedade que sinaliza para debates sobre o mundo laboral, impactos da pandemia, processo de subjetivação, qualidade de vida no trabalho e sobre a sociologia do conhecimento.

Nesse interim, o primeiro texto de Wilson Machado Enes, “**Políticas de contratação e permanência da população LGBTQIAPN+ junto às empresas: uma análise comparativa entre a Amapá e Nubank**”, busca tecer breves considerações acerca do problema da empregabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, buscando pesquisar se existem políticas de contratação e permanência específicas para pertencentes à sigla no país, utilizando-se como fonte de pesquisa uma análise comparativa entre a empresa Amapá, referência junto à cidade de Cláudio, Minas Gerais, e a empresa Nubank, *fintech* que, segundo o senso comum, seria o melhor exemplo atual de empresa que age com respeito à temática LGBTQIAPN+.

Na sequência, as autoras Débora Dias e Juliana Cordeiro Soares Branco nos apresentam o texto “**Pandemia e pós-pandemia: percepção dos docentes frente ao seu trabalho e sua qualidade de vida em decorrência da Covid-19**”. Elas relatam nesse artigo de revisão bibliográfica os resultados de pesquisas que apontam como o docente se sentia ao longo e após o trabalho remoto e se esses profissionais receberam suporte e acolhimento por parte da gestão escolar na execução de seu trabalho. Os artigos pesquisados apontaram o quanto o docente se sentiu cansado físico e mentalmente, preocupados consigo e com os alunos, além da necessidade de mais estudos no período pós trabalho remoto que possam embasar projetos e políticas públicas para atender às demandas desses profissionais no novo contexto social e laboral.

O artigo “**O triunfo do modelo neoliberal de subjetivação: a forma de vida do indivíduo**” investiga o processo de subjetivação mobilizado pelo discurso neoliberal e a

racionalidade que o funda, através de um percurso crítico sobre as teorias de pensadores influentes do liberalismo, tendo em vista a virada dos estudos econômicos que transformaram uma ciência das riquezas em uma ciência do homem, que toma a subjetividade e o humano como elementos centrais para construir as bases do neoliberalismo. Neste texto, os autores Larissa Chagas Gomes Oliveira e Tiago Iwasawa Neves debatem a economia neoliberal como fundante de uma nova figura do humano e um novo léxico empresarial. Conceito esse que, segundo os autores, nasce da crítica e da investigação das bases e efeitos da configuração desse agente essencial para o neoliberalismo, fundado sobre o individualismo, a separação entre o público e o privado, o desejo de satisfação pessoal, a necessidade do empreendimento de si mesmo e de produtividade, bem como a noção de liberdade e de autonomia.

O quarto artigo desta edição traz à tona a condição de mal-estar na Educação e no encontro do aprendiz com uma nova cultura, nova língua e com o Outro da cultura. Os autores Jefferson Lhamas dos Santos e Ana Carolina Guerreiro Piacentini em “**O mal-estar na educação translíngue: implicações subjetivas do sujeito entre línguas**” apresentam um estudo teórico sobre as práticas de educação translíngues, tecendo ligações com o mal-estar advindo das relações implicadas nesses contextos. Para tal, comungam da concepção de Mal-estar na civilização (Freud, 1930-1936) e Mal-estar na Educação (Voltolini, 2011). A contribuição está no sentido de oferecer reflexões e lançar um debate a respeito das subjetividades dos aprendizes no referido contexto, de modo que o educador possa estar mais advertido das condições da ordem do impossível, trazida por Freud (1937-1939).

O penúltimo artigo da revista de Marco Antônio Souza Monteiro, intitulado “**Investigando visões ideológicas conflitantes a partir da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim**” trata do fenômeno social que é o conflito de visões ideológicas, usando como metodologia a exploração qualitativa da teoria de Karl Mannheim. Culminando na busca por um método para investigações sociológicas dos conflitos de visões, usando *insights* de Thomas Sowell e George Lakoff em complemento à teoria de Mannheim.

Por último na seção de artigos as autoras Eva Vilma Oliveira, Kenia Marta Pucci Palacini e Valéria Cristina Sousa indicam que a utilização de práticas não convencionais em ambiente laboral têm sido apontada pela literatura como estratégia de promoção de bem-estar físico e mental. Assim, no texto “**Qualidade de vida no trabalho através da prática do Yoga: relato de prática extensionista em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Minas Gerais**” as autoras relatam uma ação extensionista intervenciva com a prática de Oficinas de *Yoga* realizada com trabalhadores de uma instituição educacional no estado de Minas Gerais. Indicam

assim que, as práticas aliadas ao cenário laboral podem ser consideradas como interessantes ao suporte da saúde e bem-estar no trabalho. A partir da ação de extensão, as autoras relatam que os participantes do projeto puderam experimentar a promoção do relaxamento, o aumento da concentração, a flexibilidade, a melhora postural, o autoconhecimento e a autopercepção.

Na seção de Resenha, a autora Solange Aparecida Batista nos apresenta o livro “Identidade de gênero: Performatividade, ser-aí e subversões”, de Alexandre Trzan-Ávila – através de sua leitura intitulada **“Subvertendo o gênero: diálogos possíveis entre Butler e Heidegger”**. O trabalho é fruto de sua pesquisa de doutorado e propõe um pensamento crítico sobre a noção de identidade e mais especificamente sobre identidade gênero. Historicamente o conceito de identidade foi compreendido a partir de um caráter essencial e naturalmente dado que nos define *a priori*. Essa compreensão produz modos de vida normatizantes que restringem as diversas possibilidades de ser e existir. Para estruturar este pensamento crítico e para propor possibilidades de resistência e subversão dessas estruturas Trzan-Ávila recorre aos fundamentos teóricos de Butler e Heidegger.

Com esse último texto encerramos mais esta edição da Revista Mal-estar e sociedade, aguardando por novos textos e debates que possam subsidiar a requalificação editorial desta frente ao processo avaliativo editorial constante pelo qual temos passado, acreditando no livre acesso ao conhecimento produzido pelo meio acadêmico – técnico – e profissional.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Martins Fontes, 1970.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*. Vozes, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Paz e Terra, 1996.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Vozes, 2010.

LACOSTE, P. *Folklore y Globalización: La Tensión Cultural*. Revista Pandora Brasil.

QUIJANO, A. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. Revista UERJ, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A Inconstância da Alma Selvagem*. Cosac Naify, 2002.

Ataulpa Luiz de Oliveira

Editor